À boleia n'Uma volta ao mundo num mundo às voltas

Autor(es): Ribeiro, Sérgio

Publicado por: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39864>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4260_57-3_16

Accessed : 26-Apr-2023 12:33:58

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

VOLUME LVII Tomo III

2 0 1 4

Organizadores:

LUÍS PEDRO CUNHA
JOSÉ MANUEL QUELHAS
TERESA ALMEIDA

COIMBRA

À BOLELA N'UMA VOLTA AO MUNDO NUM MUNDO ÀS VOLTAS

Perguntaram à “senhora de Boston”
se ela tinha viajado muito;
a idosa senhora, com um sorriso
maternal, respondeu:
“Não!, não precisei... já nasci em Bos-
ton!”

Recordação sempre lembrada de uma
aula de *Economia I*
(no ano lectivo de 1953-54),
citado de Paul SAMUELSON

1. Começaria por duas palavras sobre o homenageado, não motivadas por afinidades mas fundamentadas nestas, ou fundamentando-as.

Apenas duas palavras (que são sempre mais que as anunciadas...) que afirmem o implícito no convite e na grata aceitação e/ou reiterem o respeito e a admiração que, desde que o conheço — e vão décadas... — tenho por António Avelãs Nunes (aqui sem o título académico por se querer abranger o homem...) e que, com o passar do tempo, se escoraram e foram cabouco de uma amizade que não colide, antes reforça, esse respeito e essa admiração. Pelo *universitário* de brilhante carreira académica, pelo *cidadão* sempre activo, interveniente, determinado, coerente, pelo *professor* em todas as circunstâncias, na aceção mais larga e nobre da profissão-função social, nos últi-

mos anos sujeita a vexames e humilhações. Numa palavra, pelo *intelectual* em formato de “cultura integral do indivíduo” (Bento CARAÇA), não apenas *interpretando* o mundo mas preocupado em *que fazer* para ajudar a *transformá-lo* (MARX e LENINE).

2. Para este artigo para o *Boletim de Ciências Económicas* da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, enquanto volume extraordinário de homenagem ao seu director cessante, propus-me linhas de estudo e reflexão tendo como ponto de partida uma leitura mastigada (e saboreada) de *Uma Volta ao Mundo das Ideias Económicas*, primeiro texto em *Uma Volta ao Mundo das Ideias Económicas — Será a Economia uma Ciência?*, de António José Avelãs NUNES, escolhido para releitura-trampolim.

A essas linhas de estudo e reflexão se aditaria um apêndice, a jeito de guião a procurar vir a cumprir sem prazo nem endereço, sobre questões sempre presentes quando de Economia Política se trata:

- Breve nota sobre o *ensino da economia*, tal como o confrontei nos anos em que fui discente, e breve digressão ao mundo da *história das ideias económicas* em Portugal;
- Do *estudo da economia* e da *prática/ofício do economista* perante a realidade integral, vivida como cidadão;
- Anexo de enunciado de reflexões (sempre) preambulares sobre alguns *temas “em carteira”* nas intenções de um economista que se define — e pretende praticar — como *marxista inacabado*:
 - *necessidades humanas*, implícitas e ausentes ou pouco presentes nas abordagens da *Economia Política*;
 - *trabalho e tempo de trabalho (e de vida!)*, num tempo de vida escasso face a uma *escassez tomada como premissa* para a definição de Economia;
 - *empobrecimento e pauperização* — na linguagem corrente e como conceitos.

1. O ensino (e a aprendizagem) da economia

1.1. Os caminhos para o Quelhas

O ISCEF (*Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras*) era onde hoje continua a ser, na Rua do Quelhas, embora com mudanças no nome, encurtado primeiro para ISE (*Instituto Superior de Economia*) depois — recuperando (quantitativamente) uma letra —, para ISEG (*Instituto Superior de Economia e Gestão*).

A ele chegava-se, nos idos anos 50, por via da *alínea g*) do curso dos liceus ou por via das então escolas comerciais, com passagem pelo *Instituto Comercial*, curso médio para formação de contabilistas.

Assim, era um curso superior a que se chegava “a duas velocidades”, o que não era indiferente porque as preparações eram diferentes, bem como as origens sociais dos alunos. Os e as (eram mais os...) que chegavam do Instituto Comercial vinham com uma preparação nas matérias ligadas à contabilidade, que os vindos do liceu não tinham, e muitos já com actividade profissional que reflectia o facto de muitos serem trabalhadores estudantes e se reflectia, também, no facto de serem sobretudo oriundos dessa via os então chamados “voluntários”, os da conhecida turma E, que assistiam às aulas práticas, às 8 da manhã e seguiam para as suas actividades não-escolares. (...)

Antes de 1953, ano em que comecei a ser estudante de Economia — ou a estudar para ter a “carta de economista” —, não havia outro lugar onde o fazer que não fosse “no Quelhas”... e a decisão da família (a começar pelo miúdo...) era a de que “o miúdo vai para economista”.

1.2. Do tempo de uma única escola superior de economia no País

A Faculdade de Economia do Porto foi criada em 1953, a Faculdade de Economia de Coimbra só o foi em 1972. O

que será significativo quanto à “juventude” (pelo menos à minha escala de tempo...) do ensino universitário de economia em Portugal. A reforma desse ensino que me “apanhou” foi a de 1949.

Antes dessa reforma, havia, ao sair do “Quelhas”, quatro licenciaturas — em comércio, finanças, aduaneiras e consular, diplomáticas —, e passou com ela a haver apenas duas — economia e finanças —, com ramo comum nos dois primeiros anos, depois com percursos diferentes para os 3.º, 4.º e 5.º anos.

Ainda fui contemporâneo de alguns que terminavam a licenciatura (“comercialista” no genérico e na designação do sindicato) segundo os currículos anteriores à reforma de 1949 e de outros que tinham começado esta. Posso por isso dizer que vivi uma transição, quer pela reestruturação curricular do ISCEF, da “escola do Quelhas”, quer pela criação da Faculdade de Economia do Porto.

Como breve nota histórica, apenas para se acompanhar o estudo da economia em Portugal, refiram-se os antecedentes do ISCEF, cujas origens estarão na primeira metade do século XIX, quando a *Aula de Comércio*, criada no século anterior como escola de nível secundário, e visando habilitar para funções de natureza técnica em actividades comerciais, foi transformada em *Escola de Comércio*, depois integrada no Instituto Industrial de Lisboa, em 1869, passando a chamar-se *Instituto Industrial e Comercial*, o que se manteve até à separação dos dois Institutos já na República, em 1911 — o *Instituto Superior Técnico* e o *Instituto Superior do Comércio*, com nível de ensino superior. O Instituto Superior de Comércio habilitava três licenciaturas — os cursos aduaneiro, consular e de comércio — a que se juntou, em 1915, o curso de finanças. Em 1930, o Instituto Superior de Comércio passou a designar-se *Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras* e integrou-se na Universidade Técnica de Lisboa.

Só depois da guerra, e depois, evidentemente, da crise de 1929/30, se fez a reforma que vim a encontrar, com a grande inovação do curso de economia, que até então não existia. Pelo que se pode dizer que antes de 1954 não havia *economistas* (licenciados em economia) em Portugal e que só em 1958 (ano em que me licenciiei) passou a haver licenciados em economia ou por Lisboa ou pelo Porto.

E faziam falta? Parece-me evidente que sim. Porque a realidade o exigia, e até porque, antes dessas datas de referência, prevaleciam (ou eram exclusivas) as finanças e comércio e afins, na área que se considerará da Economia Política (ou da ciência económica).

1.3. No entroncamento das técnicas (menores...) e dos direitos

Uma grande mudança foi provocada pela reforma de 1949, não só no ISCEF como em todo o ensino universitário, pela “promoção” da economia ao estatuto de ‘ciência ensinável’. Como seria inevitável, esses tempos, em que se incluem os vividos pelo “caloiro” de 1953, foram complicados... e interessantes.

A “*escola de economia*”, por um lado, libertava-se (um pouco...) das áreas “técnicas”, embora mantendo-se na Universidade Técnica e com os genes da ligação ao poderosíssimo Instituto Superior Técnico; por outro lado, promoviam-se as “técnicas menores”, assim injustamente consideradas as dos comércios, práticas aduaneiras e de contabilidades, como autorizações de transacções exteriores, vigilâncias fronteiriças e meros registos de variações patrimoniais, e juntava-se o reforço das pontes para as “humanidades” — se assim se pode dizer... — por via dos direitos, que também exerciam algum poder de tutela sobre as economias.

À distância, verifico — e confirmo — que foi uma vivência muito interessante.

Só a partir de 1949 há uma *escola de economistas*, por esforço e mérito do professor António Manuel Pinto Barbosa e “seus assistentes”, como começaram por ser conhecidos, e também a Teixeira Ribeiro que, para além do que fez na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (ele foi o maior responsável pela introdução da investigação e do ensino da economia teórica em Portugal), muita influência teve (e continua a ter) em quem pela Economia, como ciência universitária, se bateu (e continua a bater). Não pode ainda ficar sem referência Armando Castro, licenciado, em 1941, em Ciências Jurídicas, e, um ano mais tarde, em Ciências Político-Económicas, em Coimbra, historiador e investigador de temas económicos, depois (e depois de Abril de 1974!...) figura central da Faculdade de Economia do Porto.

Os “assistentes” de Pinto Barbosa — Jacinto Nunes (licenciado em 1948), Francisco Pereira de Moura (licenciado em 1950) e Teixeira Pinto (licenciado também em 1948) — foram decisivos na mudança, até porque Pinto Barbosa foi chamado a funções ministeriais, por Salazar, em 1950, ‘promovido’ a Ministro das Finanças em 1955 e só saiu dessas funções em 1965, de onde transitou para governador do Banco de Portugal, onde permaneceu até 1974.

Poderá dizer-se, sem malévolas intenções..., que “um dos pais (legítimos) da economia”, como ciência autónoma e com estatuto universitário, foi “*filho (ou perfilhado) das finanças salazarentas*”.

1.4. “*Três mosqueteiros*”... *sem d’Artagnan (ou este ausente nas finanças)*

Tive a sorte (outra vez...) de ter os “três assistentes” como docentes. Então, de certo modo sem a tutela de Pinto Barbosa, como “três mosqueteiros” da economia portuguesa, com a sua obra conjunta, e emblemática, *Estrutura da Economia*

Portuguesa, publicada na *Revista do Centro de Estudos Económicos* do INE (1954, 251 páginas). Pinto Barbosa mantinha sobre os seus ex-assistentes, e em toda a escola, uma relevante influência, no plano dos estudos bem maior que a do director, Gonçalves Pereira, da área dos direitos, que teria outra grande influência nas áreas da gestão da escola e da ligação a órgãos do poder fascista.

Logo no primeiro ano, Jacinto Nunes era o docente encarregado de abrir portas para a economia, em *Economia I*. Por elas entrei, timidamente, enquanto outras se me abriam na passagem da adolescência para a idade adulta, sempre na procura de caminhos. Nessa *Economia I*, a porta principal foi a de Keynes-Samuelson, mas havia outras, laterais e esconsas, marginais ou marginalistas. Jacinto Nunes foi um excelente docente, e, sem quaisquer “excessos” ou riscos, conseguia — e falo por mim — abrir a curiosidade e a vontade de conhecer a economia na perspectiva do crescimento, do *desenvolvimento*, enquanto desequilíbrios em progresso numa sociedade em que se valorizava o equilíbrio com a consequência (social, na sociedade) da travagem, da estagnação, de *pobreza contentinha* (diria O'Neill).

Em *Economia II*, era Teixeira Pinto (que substituiu Pinto Barbosa na cadeira) o docente, que avalio (com toda a dose de incerteza e risco de injustiça por apenas ter tido esse contacto com ele) como distante e pouco estimulante, sendo no entanto o mais abertamente keynesiano, e que veio a “perder-se” numa curta passagem como Ministro da Economia de Salazar, lugar potencialmente chave, mas igualmente de certo modo anómalo, em qualquer equipa governativa salazarenta, e a que Jacinto Nunes se recusara após estadia (ou “estágio”) como Secretário de Estado, decerto por pressão e aliciamento de Pinto Barbosa.

Pereira de Moura só foi meu professor na cadeira de *Economia Industrial*, e guardo a recordação de um homem

selectivo nas suas relações com os alunos, criando o seu núcleo, sem no entanto ostracizar os outros, procurando ser justo nas avaliações, exigente, e com um aspecto que muito me marcou, o da *recomendação de leituras* para além da “matéria dada” transcrita em “folhas”, eventualmente completadas com apontamentos de aulas. Mais tarde, vim a confirmar as qualidades pedagógicas, e beneficiei de uma relação de colaboração, próxima, companheira, solidária (de que teria páginas para escrever).

1.5. *Uma (e enorme) referência do Quelhas: Bento de Jesus Caraça*

Para além da valorização da economia, na *escola do Quelhas*, de que justamente se atribui a responsabilidade, embora outros nomes se lhe devam juntar, a Pinto Barbosa e aos seus três assistentes, também muito do prestígio da escola é devido a outros nomes que para ele contribuíram nesses idos tempos. Particularmente, alguns vindos de outras escolas e de áreas da matemática. Antes de todos, um licenciado no Quelhas, mas conhecido pela sua qualidade e acção nas áreas da matemática, da cultura e intervenção cívica: Bento de Jesus Caraça.

Sublinhe-se que, tendo falecido muito cedo ¹, com 47

¹ Não estando a dar *testemunho* para que, vindo a ser publicado o que escrevo, possa servir de rascunho para *uma* resenha histórica de escola como a do Quelhas, mas apenas a anotar circunstâncias que vivi e que queria deixar registadas, é imprescindível salientar que, ao entrar no ISCEF, sete anos depois do verdadeiro crime que foi o afastamento de Bento de Jesus Caraça do ensino e da escola, a sua presença ainda era muito marcante, não obstante todos os esforços para a apagar. Tanto assim que, quatro anos mais tarde, em 1957, na Associação dos Estudantes de que era vice-presidente (José Andrade Soares o presidente) se resolveu promover, para o ano seguinte, um *seminário de Matemáticas Gerais Bento de Jesus Caraça* assinalando o 10.º ani-

anos, Bento de Jesus Caraça esteve na criação e colaborou no primeiro número da *Revista de Economia*, que veio a público em Março de 1948, ano da sua morte, em que colaboraram muitos dos então jovens economistas com tendência marxista ou keynesiana (Carlos BASTIEN publicou um artigo relevante, em *Estudos de Economia*, 4(2), 1984, sobre *A Revista de Economia e a introdução do keynesianismo em Portugal*)².

Ainda na área das matemáticas, dos métodos quantitativos, com grande importância no crivo selectivo por que passavam os alunos nos primeiros anos de *Económicas*, e que tiveram grande influência na crescente relevância que passaram a ter na escola os métodos quantitativos, estão os nomes de Vicente Gonçalves e José Ribeiro de Albuquerque — que foram meus docentes no primeiro e segundo anos — e, depois, Bento Murteira, em estatística e econometria, que foi um professor de grande importância na introdução inovadora das aplicações da matemática à economia³.

versário da sua morte. Foi muito significativa a reacção da direcção do ISCEF (depois de consultas ao reitor da UTL, Moses Amzalak, ao Ministério da Educação e, naturalmente, a outras entidades em nada ligadas à educação... mas em tudo se metendo): muito elogiada, seria dado todo o apoio à realização da iniciativa de tal seminário pela AE... desde que não tivesse o nome de Bento de Jesus Caraça no título, e desde que fosse totalmente desligado do que o pudesse recordar. Por decisão da direcção da AE, não houve seminário!

² Jacinto NUNES fez uma larga inventariação de nomes e publicações que contribuíram para introduzir o keynesianismo em Portugal em “Alguas notas...”, cit., onde se podem encontrar muitas referências, particularmente à *Revista de Economia* e, também, ao professor José Joaquim Teixeira Ribeiro.

³ Poderia acrescentar alguns episódios, relacionados com Ribeiro de Albuquerque e com Bento Murteira, que teriam eventual interesse biográfico, mas não o faço por poderem ser mais biograficamente meus que deles, e menos ainda da escola e do ensino da economia.

1.6. Outras referências do Quelhas

No 3.º ano decidia-se a escolha do curso. No meu caso pessoal, optei pelo curso de economia. Não que as finanças não me interessassem mas tinha de optar, e, perante uma encruzilhada que, profissional e redutoramente, se poderia apresentar como *economista de empresa* ou *macro-economista*, a escolha deste segundo caminho representava continuar pelo *estudo da economia* como ajuda para *perceber as coisas da vida e do mundo*, senda e busca em que ainda me encontro e de que, estou convicto, não sairei.

Como é evidente, para essa decisão concorreram muitas circunstâncias e, entre elas, muitas daquelas que não se é capaz de identificar, ou de, à distância, se efabulam numa análise não económica mas psicanalítica, que noutras paragens é muito usada e que, por cá, também começa a ser recurso para quem tem problemas desses... e recursos.

Nos dois primeiros anos, as cadeiras de *economia* e as de *matemáticas gerais* serviam de crivo, peneiravam, e, das centenas de alunos do 1.º ano de 1953 — mais de 300 — apenas terminaram os dois cursos, em 1958, 46 e, destes, só alguns (poucos) dos que tinham entrado em 1953, isto é, tendo feito o curso nos 5 anos e sem repetições.

9.— Ainda referências do Quelhas.

Longa estará sendo esta curta viagem a memórias vivas (*somos o que recordamos e contamos*, teria escrito GARCÍA MARQUEZ). Para que o *testemunho* não fique demasiado memorialista (mais do que já estará) vou tentar sair do Quelhas, não sem antes sublinhar um facto que, para além de ter grande significado e influência na minha formação, também o tem relativamente ao tempo que se vivia. E serve de “ponte” para o tempo que se vive, passados quase 60 anos, com um 25 de Abril de 1974 pelo meio.

Só no último ano, na cadeira de *História das Doutrinas e Teorias Económicas*, alguma matéria “foi dada” (e seriamente) sobre Marx. Que não foi, para mim, novidade absoluta por-

que já então andava a dar os primeiros titubeantes passos pelos que viriam a ser os meus “maus caminhos”.

Adérito Sedas Nunes foi o docente encarregado dessa cadeira e, sendo afirmadamente um personalista da corrente ou *escola* de Emmanuel Mounier — revista *Esprit* —, revelava uma grande honestidade intelectual (e também coragem!) e, na matéria da cadeira que regia, colocava o marxismo entre as correntes da economia e da sociologia mais relevantes.

Muito se podia aprender nessa cadeira, como primeiros passos — portas abertas para outras divisões da “Casa das Economias” —, e pode afirmar-se, a esta distância, que as aulas e as “folhas” de História das Doutrinas... foram uma boa base escolar para um estudo mais aprofundado (e sério) da Economia Política e sua crítica (...), das ideias económicas.»

2. Regressando à história das ideias económicas

2.1. Desta meada retoma-se o fio e sublinha-se que, em “*Uma Volta ao Mundo ...*”, na organização do volume citado, António Avelãs NUNES faz seguirem-se, ao primeiro texto, dois outros textos sobre *mercantilismo*. Porque os mercantilistas, não tendo sido “por certo, os primeiros teóricos da ciência económica”⁴, merecem toda a atenção no ensino e aprendizagem da economia.

⁴ “... contrariando o pensamento liberal (que se afirmara como crítica ao mercantilismo) Keynes foi buscar aos mercantilistas a ideia do *governo da economia*, dando a estes autores uma nova modernidade. Eles não foram, por certo, os primeiros teóricos da ciência económica, mas foram talvez, no dizer de Keynes, os ‘primeiros pioneiros do pensamento económico’ e parece claro que há ‘elementos de verdade científica contidos na doutrina mercantilista’. E os problemas que eles tiveram de enfrentar não saíram de cena. cremos que se justifica, por isso, a inserção neste livro dos dois textos que se ocupam dos mercantilistas”. A. J. Avelãs NUNES, *Uma Volta ao Mundo...*, *ob. cit.*, 13.

2.2. Também por esse mesmo caminho se poderia seguir, e por ele se irá andar, embora continuando no enfoque do pensamento económico (ou das ideias económicas) em Portugal e nos portugueses. Para tal, aproveitando um livro de José Luís CARDOSO, *Pensar a economia em Portugal — suas digressões históricas*, de 1997, em que o autor é muito claro na introdução:

“Não se pretende proceder a uma história exaustiva e sequencial do pensamento económico português. Apesar de existir um fio condutor cronológico, que transporta o leitor deste livro de Fernão Mendes Pinto a Oliveira Martins, alguns períodos, autores e obras carecem de mais aprofundada abordagem.”⁵

Pelos nomes referidos — Fernão Mendes Pinto e Oliveira Martins — no início e no final das “digressões”, para além de uma ideia central de que “a Economia Política é uma ciência que serve como argumento de autoridade para justificar propósitos de mudança económica e social”⁶, se pode ver que estas “digressões” têm o aliciante de darem testemunho (e testemunhos) de mudanças que não se confinam à área das “economias” e teriam fontes e objectivos interdisciplinares como se julga e defende ser curial nas ciências sociais⁷.

⁵ José Luís CARDOSO, *ob. cit.*, 8.

⁶ José Luís CARDOSO, *ob. cit.*, 10.

⁷ Não me deterei, como convidaria, nesta última qualidade do livro de Cardoso e, a partir do capítulo 1 — *A prática do comércio e a nova ética mercantil: para uma leitura económica da Peregrinação* — até ao capítulo X — *Pensar a economia em Portugal: orientações metodológicas para o estudo de casos nacionais* — com passagem por capítulos como IV — *Pompa e circunstância: a economia do luxo na época barroca* —, apenas se deixariam outras referências bibliográficas adrede e uma nota de reserva.

As citações e referências bibliográficas que seguem têm que ver com a intenção de reforçar o “contributo português”, quer factual quer

ao nível da *consciência social*, para “uma volta ao mundo das ideias económicas” (Fernand BRAUDEL sublinhou a importância deste contributo em *Civilization Matérielle, Économie et Capitalisme, XV-XVIII Siècle. Tome 3*, 114: “Foi ou não o pequeno reino lusitano que desempenhou primeiro papel na enorme transformação cósmica introduzida pela expansão geográfica da Europa, no final do século XV, e pela sua explosão em todo o mundo? Portugal foi o detonador da explosão, a ele cabe o primeiro papel”).

Próximo (apenas um século depois...) de Fernão Mendes Pinto, Francisco Vieira de Figueiredo poderia ser mais um testemunho da prática de comércio e de uma *nova ética mercantil*. Nascido em 1610 no lugar do Zambujal-Ourém, foi emigrante (com pouco mais de 10 anos) para o Extremo Oriente e bem-sucedido mercador, com enorme influência no comércio no/do Oriente, tendo tido depois (e depois de 1640!) intervenção diplomática relevante nessas paragens do mundo, até morrer “em circunstâncias estranhas”, em 1667 (Cfr. A. R. BAPTISTA e Sérgio RIBEIRO, *ob. cit.*).

Um outro autor, Gérard VINDT, começa assim um livro seu (*ob. cit.*): “Com Vasco da Gama, os Portugueses inauguram, em 1498 uma nova rota para a Índia que, ao contornar a África pelo Cabo da Boa Esperança, fazia um ‘curto-circuito’ ao mundo islâmico, que (se) evitava atravessar.”

Por sua vez, na introdução a este livro, Jacques ADDA escreve, a abrir, que “(à) margem dos impérios, as Cidades-Estados do século XV inventaram o capitalismo comercial. Depois, os Estados-Nações conferiram ao capitalismo industrial a sua base nacional, ao mesmo tempo que desenvolviam a sua política de dominação. Antes que a mundialização viesse assegurar a desforra do económico sobre o político.” E adiante deixa um período que se antolha muito interessante nesta “digressão”: “Nunca, porém, o surto das trocas havia arrastado o desenvolvimento de um sistema económico estrutural orientado para a acumulação ilimitada do capital, segundo a definição do capitalismo de Immanuel Wallerstein.” (*ob. cit.*, 12/13).

E teria sido a partir de Vasco da Gama e da sua viagem de circum-navegação de África que os até aí simples comerciantes ou mercadores se tornaram agentes do capitalismo e a sua actividade se inseriu no desenvolvimento de um mercado mundial. O que, para terminar estas referências bibliográficas, me leva a fazer duas citações do estudo acima referido sobre Francisco Vieira de FIGUEIREDO (págs. 14/15) que serão

3. O estudo da economia e o ofício/prática de economista nas décadas que nos calhou viver

3.1. Os que — e teriam sido uns centos de milhar de seres humanos — nasceram nos anos 30 do século XX, neste rectângulo do sudoeste da Europa empurrado para o Atlântico sul, e ultrapassaram a então esperança (estatística) de vida ao nascer, e particularmente aqueles para que genes e circunstâncias encaminharam para estas coisas da economia, já muito viveram e muito poderiam ter aprendido se para isso os tives-

particularmente pertinentes e que mais nos ancorarão nas “*ideias económicas*” (à volta do mundo...):

“... foi Adam Smith — o economista clássico do final do século XVIII — que escreveu que ‘a descoberta da América e a da passagem para as Índias Orientais, através do Cabo da Boa Esperança, são os dois maiores e mais importantes acontecimentos de que se tem registo na história da humanidade’”.

e

“... para reforçar essa ideia, servi-me de Marx (e de Engels) (...) por me parecer muito útil mostrar como os autores que melhor, até hoje, estudaram o capitalismo e fizeram a *crítica da Economia Política*, assinalam a importância da saga portuguesa uma vez que, em texto publicado em 1848, se pode ler ‘o descobrimento da América, a circum-navegação da África criaram um novo terreno para a burguesia ascendente (...) O mercado mundial deu ao comércio, à navegação, às comunicações por terra, um desenvolvimento imensurável. Este, por sua vez, reagiu sobre a extensão da indústria, e na mesma medida em que a indústria, o comércio, a navegação, os caminhos-de-ferro se estenderam, desenvolveu-se a burguesia, multiplicou os seus capitais, empurrou todas as classes transmitidas da Idade Média para segundo plano. Vemos, pois, como a burguesia moderna é ela própria o produto de um longo curso de desenvolvimento, de uma série de revolucionamentos no modo de produção e de intercâmbio’.”

sem convocado os ditos genes... porque circunstâncias não faltaram.

António Avelãs Nunes e o autor deste artigo estão entre esses milhares nessa década nascidos, e que vivos estão. Nascido o primeiro no último mês de 1939, e o segundo, com algum avanço, no último de 1935, nestas datas, ou neste tempo que lhes coube viver, têm as raízes de muitas das afinidades registadas nos autos.

3.2. A década de 30 foi de enorme turbulência histórica (haverá as que não o tenham sido?), sobretudo na perspectiva de quem olhe para a História com os olhos de quem nasceu e cresceu com os óculos postos para a lerem focados no euro-centrismo. A “saída keynesiana”, para além de uma resposta de sistema, foi, também, o reflexo superestrutural da necessidade de enfrentar uma realidade em que se afirmava um sistema *outro*, uma real alternativa nas *relações sociais de produção* (base material) no *modo de produção* e na correspondente *superestrutura*, parte da *consciência social*. Tudo sempre em mudança.

Foi o tempo em que a “saída da crise” aparecia como necessária prova de vida do sistema numa luta (de classes) e, deste lado das “trincheiras”, a ter de confrontar configurações de difícil (e muito combatida, bloqueada, sitiada) consolidação, apesar disso estímulo e prenúncio de mais mudanças e avanços. Como o sindicalismo inglês, a Frente Popular francesa, talvez sobretudo a República espanhola. Por isso, a mobilização dos dois lados, universal, para o apoio ou até a intervenção na guerra civil que em Espanha eclodiu, nas condições de então, sem redes sociais, com as notícias a circularem lentamente mas, ainda assim, a focalizarem-se na Península Ibérica. Ou seja, no tempo e no espaço aqui ao lado, com criminosa imiscuição do governo português, num *momento (e local) de ruptura* que se poderia somar, talvez..., à ruptura em

consolidação e por demais ameaçadora — sob todos os aspectos, e decerto também no da *luta e tomada de consciência das massas* — no extremo e fronteira leste da Europa. E para além desta.

Por isso, e sem deixar de anotar, em contrapartida, algumas ausências (de)solidárias, como a da tão vizinha Frente Popular, sublinhe-se a reacção extremista, violenta, nazi-fascista, que procurava mobilizar, manipuladamente, movimentos de massas, reforçando a dinâmica da economia assente sobre grandes grupos de possidentes de meios de produção, sendo os trabalhadores os detentores de uma mercadoria — a força de trabalho — tanto quanto possível (quanto a correlação de forças sociais o permita) num mercado igual ao das outras mercadorias.

3.3. Foi o tempo, aqui em Portugal e a título de exemplo, do reforço e da constitucionalização do fascismo, da repressão simbolizada na abertura do campo do Tarrafal e em todas as frentes (social, cultural, política, económica), instalando o medo da diferença e o medo de ser diferente do padrão massificador de camisa verde, bivaque e braço estendido.

3.4. Terminou a década com uma Grande Guerra, a segunda chamada mundial, porque o mundo era a Europa... e o resto.

Para os que esse tempo viveram, foi uma infância rodeada de dúvidas intransparentes, de propaganda falsificadora, de diplomacia hábil (ou “espertalhona”), ambígua, de jurada fidelidade a “velhos aliados” e de apoio e aliança efectiva com eventuais “novos senhores”. Foi uma infância com guias de racionamento, com os vidros das janelas protegidos com tiras de papel como se grades fossem, por ordem de uma *defesa civil* (legionária) em prevenção de bombardeamentos. Foi o tempo do inferno ser, ou poder ser, o outro (SARTRE, *Huis clos*).

Foi um tempo de intervalo de destruição (de forças produtivas) e de milhões de mortos, e de que se saiu, em termos de humanidade, com vitória sobre a barbárie, com mais força e maior e melhor esperança. Também com um país emergente como a nova potência imperialista, os Estados Unidos da América, descentrando o mundo capitalista para Ocidente enquanto a Leste, na União Soviética e com os novos países socialistas, se ganhava (e alastrava) mais consolidação e novos alentos a serem sentidos por outras paragens.

3.5. O estudo da economia valoriza, nesta(s) encruzilhada(s), a sua própria importância. Em Bretton-Woods, com alguma surpresa, KEYNES — pela sua crítica à Economia Política “salvadora” do capitalismo prosseguida após a Grande Depressão — cedeu o passo a medidas e “soluções” de algum cariz monetarista, embora a recuperação do tanto destruído impusesse o crescimento das forças produtivas, possibilitado pela inovação tecnológica que a guerra também trouxe, o que estimulava a *intervenção do Estado* e a defesa da *procura efectiva*. No entanto, desde então e de ali (Bretton-Woods), o sistema capitalista assentava num Fundo Monetário e num Banco internacionais, num Forte Knox pletórico a impor uma *moeda comum* ao mundo, na base de 35 dólares convertíveis em 1 (uma) onça de ouro.

Costuma designar-se, esse final dos anos 40, anos 50 e 60, como “os 30 anos dourados (ou de ouro)”, mas... nem foram 30 os anos, e melhor se diria que foram anos de dólar forte a aproveitar a sua força e o papel da moeda comum num padrão ouro-dólar até à exaustão, enquanto mudanças inevitáveis se consumavam no mundo (com Portugal — que não os portugueses — a querer ser excepção com a “sua” resistente autarcia salazarenta e a “sua” guerra colonial).

Essas mudanças consumavam-se na continuidade do analisado criticamente por Marx e por Lenine e eram, sem-

pre, resultado de lutas, embora aparentemente concedidas e conduzindo a um “*modelo social europeu*”, a um “*colonialismo nova-maneira*” (Jean SURET-CANALE⁸) ou “*semi-colonialismo*” (Henri CLAUDE⁹), enquanto a parcela socialista do mundo e a não-alinhada com o mundo capitalista se firmava e alargava, multiplicava esperança, animava lutas e impunha contingências e equilíbrios instáveis e susceptíveis de serem perigosos para a paz mundial.

3.6. O ofício (ou a prática) de economista — na docência, em funções públicas, nas empresas —, se pretendida para além da mera aplicação de técnicas, obrigava ao *estudo da economia*, o que em Portugal era difícil, e até susceptível de provocar repressão e perseguições.

No entanto, a forçada estagnação autárcica em tempos de internacionalização era contrariada por posições e documentos como *Linha de Rumo*¹⁰, Planos de Fomento (particularmente o 2.º, de 1958-64), a entrada para a EFTA (anexo G do Tratado de Estocolmo), pareceres da Câmara Corporativa, enquanto na vida real todas as estruturas institucionalizadas e anquilosadas eram abaladas. Anos depois, ainda mais pela emigração e pela guerra colonial. Os anos 60 foram, esses sim, de inevitável mudança e quiçá “gloriosos” (ou que o poderiam ter sido)... para quem nascera 3 décadas antes.

A Economia Política tinha estatuto (e estatura) ideológico, pelo que havia duas economias políticas (de classe) com uma “ponte” chamada *macro-economia*, escorada em Keynes pela assumpção de variáveis globais (*Produto, Rendimento, Consumo*,

⁸ Jean SURET-CANALE, *ob. cit.*

⁹ Henri CLAUDE: “Na era do semi-colonialismo, a camuflagem da exploração imperialista efectua-se principalmente por intermédio do mercado e das relações monetárias” (*ob. cit.*, 135).

¹⁰ Ferreira DIAS, JR., *Linha de Rumo*, 1945.

Poupança, Investimento) e fórmulas que as inter-relacionavam em equilíbrios aparentes ou desequilíbrios cibernéticos evidentes. *Desenvolvimento económico* passara a ser expressão inquestionável (e matéria recorrente em qualquer ensino/estudo de economia), expressão redutora se identificada com *crescimento*, redundante se acrescentada de *e social* e/ou de *e regional*.

Um livro editado em Moscovo em 1974 — *De Keynes à Síntese Neo-Clássica. Uma análise crítica* —, editado em português em 1977, analisa criticamente a evolução da teoria macroeconómica keynesiana e define o lugar e papel desta no que chamava a *Economia Política burguesa moderna*, bem como a sua contribuição para o processo da então dita síntese neo-clássica que caracterizaria (ou teria caracterizado) a sua evolução e adaptação.

Seria a resposta — teórica — à necessidade de

“... fazer uma combinação da teoria keynesiana da ‘procura efectiva’ com a teoria neoclássica da produção e distribuição, o que constitui uma tentativa dos teóricos burgueses para fazer uma destrinça nos seus modos de ver o capitalismo monopolista de Estado moderno, no qual a coalescência de monopólios e Estado se apresenta como um processo intrincado de interacção entre a regulação estatal da economia e o funcionamento do mecanismo de mercado.”¹¹

Para o ofício de economista, além das habilitações que habitualmente lhe são atribuídas (*profissional dos números... e cifrões*), ainda que sem funções ou responsabilidades no *ensino da economia*, seria indispensável o estudo desta como Economia Política, mesmo que apenas ao nível de cultura geral. E indispensável — não só ao/à economista... — para uma prática informada e consciente de cidadania.

¹¹ Irina OSDCHAYA, *ob. cit.*, 14.

Nesse período, que se pode balizar inicialmente nos primeiros anos da década de 70, a Economia Política “burguesa”, enquanto apologética do capitalismo, assemelhava-se a uma regulação cibernética ou mo(ni)torizada, oscilando entre a inflação e o desemprego, através da intervenção do Estado que regulava, arrefecendo ou aquecendo a actividade económica, travando-a ou acelerando-a. Assim se pretendia concretizar a “interacção entre a regulação estatal e o funcionamento do(s) mercado(s)”, onde se incluía o *mercado do trabalho* (nunca designado como sendo *mercado da força de trabalho e do tempo da sua utilização*).

Mas a realidade (humana) impunha inevitáveis especificidades a este *mercado*. Não por se aceitar ser o trabalho o criador do valor (como a *outra* Economia Política o entende, na sequência do estudo dos clássicos e de Marx), mas por se pretender que fosse esse “factor” (e o seu “mercado”) a causa ou i) da subida dos preços (exigindo o arrefecimento/travagem pela contenção salarial, igual ao preço/custo da mercadoria-força de trabalho) ou ii) do desemprego do factor de produção-trabalho/*recurso humano* (assim sendo necessária a intervenção do Estado no sentido de aquecer/acelerar para estimular a *procura efectiva*). Logo, e inevitavelmente, um carácter social!

3.7. Não se pode dizer, ‘candidamente’, que se vivia no melhor dos mundos possíveis, apesar de oscilações e solavancos, uma vez que, larvarmente, o funcionamento do sistema capitalista ia agudizando as suas contradições já denunciadas na *Crítica da Economia Política* (MARX). No confronto directo com a experiência da concretização da *outra* Economia Política, a Economia Política do capitalismo tinha de ter em consideração constrangimentos não escamoteáveis (apesar da ideológica negação da *luta de classes*) e de comprovar, e de procurar minimizar, resultados do “outro lado”, em alguns casos também não escamoteáveis por serem... espectaculares.

Assim como não se pode, de modo algum, analisar a evolução do capitalismo, da Economia Política “burguesa”, como se estivesse sozinho no planeta, numa mítica globalização-a-vir, e não confrontasse um mundo não-capitalista em crescendo, com o campo socialista a alargar e um número muito significativo de países (e movimento de) não-alinhados na procura de soluções próprias e, frequentemente, alinhando com os países socialistas (nos “rounds” do GATT, por exemplo).

Nesse confronto entre os dois “campos”, a competição neste período apelidado de “*anos gloriosos*”, há que sublinhar que, nas vertentes teóricas, nada foi “puro”. Quer de um lado quer de outro, na aparência como caminhos e concretizações paralelas que faziam por se ignorar, seguiam-se atentamente os passos, os avanços e recuos, e procuravam mutuamente influenciar-se. Também, ainda no plano teórico — e como levar a teoria à prática —, as diferenças existiam e manifestavam-se, no interior de cada *formação social* total, numa intrincada rede de tensões e conflitos, de debates vivos e acesas controvérsias, de influências e interações.

Relativamente ao capitalismo, enquanto *modo de produção*, definido pelas relações de produção, e *formação social*, com a correspondente *superestrutura* parte da *consciência social*¹², a classe dominante via-se condicionada e obrigada a ceder em muitos aspectos perante a *correlação de forças* sociais (em muito determinada pela existência de um mundo partilhado com uma *formação social* do futuro, em gestação e consolidação, e novos países politicamente independentes com afirmada opção não-capitalista), não podendo levar tão longe quanto a sua teoria desenhava a mercadorização da força de trabalho, com a ocorrência de períodos (e locais) em que se somavam *conquistas sociais* à *procura efetiva*.

¹² Como o vimos longamente traduzindo e digerindo, desde o esquema da estrutura e do desenvolvimento social apreendido em Oskar LANGE, *Économie Politique*, cit., 38.

No que respeita ao “campo socialista”, a competição, depois de meados da década de 1950, como que aparentava (numa determinada ‘leitura’) ter começado a ser jogada “todo o terreno”, como se tivesse sido sacudido o cerco que nunca deixou, na realidade, de existir e de tomar novas formas. A passagem do crescimento com aproveitamento *quantitativo* dos recursos (com preterida atenção para critérios e métodos de racionalidade económica) para uma outra fase apelidada de “qualitativa” teve implicações políticas (e teóricas).

Tal passagem teria sido feita com ‘importação’ de critérios espúrios (porque de outra Economia Política) de produtividade e de competitividade, e de métodos de organização da produção estranhos ao modo de produção, e com a imitação de *padrões de consumo* infiltrados por via de um mundo global cada vez mais permeável por aberto à/pela comunicação facilitada pelos novos meios, sem fios ou quaisquer outras peias e ameias ¹³.

¹³ Como mero apontamento, refira-se a “reforma Liberman” tratada em uma colectânea de textos seleccionados por Sérgio RIBEIRO, *A Empresa — célula-base da actividade económica*, primeiro volume de uma colecção começada a editar em 1967 pela Prelo, trazida à lembrança pelo texto de Keynes citado (de Alvin H. HANSEN, *Business Cycles and National Income*, NY, 1951, pág. 237) em Irina OSDCHAYA (*ob. cit.*, 23):

“Tem sido corrente pensar que a riqueza acumulada do mundo foi penosamente criada com a abstinência voluntária de indivíduos em relação à satisfação imediata do consumo, abstinência que denominamos Parcimónia (hoje, traduzir-se-ia não por Parcimónia mas por Austeridade — S.R.). Mas deve ser óbvio que a simples abstinência não basta em si mesma para construir cidades ou drenar pântanos... É a Empresa que edifica e aumenta as riquezas do mundo (...) Se a Empresa está em movimento, a riqueza acumula-se, aconteça o que aconteça à Parcimónia; e se a Empresa dorme, a riqueza diminui, faça a Parcimónia o que fizer.”

A questão a nunca esquecer na *outra* Economia Política é que os proprietários da Empresa são os trabalhadores e transitoriamente (à escala

3.8. Considera-se crucial, na encruzilhada da Historia que foram os anos 70 do século passado (onde se inclui o 25 de Abril português e os seguintes pouco mais de 400 dias das nossas “conquistas da Revolução”), o falhanço do “processo intrincado de interacção entre a regulação estatal da economia e o funcionamento do mecanismo de mercado”, processo em que ainda prevalecia a teoria keynesiana, e a controvérsia com a teoria monetarista, ou até a sua substituição pela chamada “contra-revolução monetarista”, como está em título dado por António Avelãs NUNES a esclarecedor capítulo — *Da “Revolução Keynesiana” à “Contra-Revolução Monetarista”* — de *Uma Volta ao Mundo das Ideias Económicas*¹⁴.

Nessa década de 70 (com antecedentes e fases preambulares vindas de décadas anteriores, embora nelas não evidentes), alguns factos e situações¹⁵ podem ilustrar a alteração substancial do panorama e os (instáveis) equilíbrios mundiais que, “comandando” a superestrutura, provocaram alterações sensíveis na interpretação e intervenção no que respeita à Economia Política, com importantes reflexos na evolução próxima futuro, nos anos 80 e seguintes:

- i) ocorrência de períodos com coincidente inflação e desemprego (“*estagflação*”) que tornaram (mais) ineficazes regulações pela via do sinal ou estímulo contrário — cibernéticas/mo(ni)torizadas —, no interior do sistema;
- ii) decisão unilateral de Nixon de “decretar” a inconvertibilidade do dólar (15.08.1971), terminando com o sistema monetário internacional baseado no padrão ouro-dólar, passando aos câmbios flutuantes;

do tempo histórico) o Estado dominado pelos trabalhadores e não uma parceria entre proprietários dos “factores de produção”...

¹⁴ A. J. Avelãs NUNES, *Uma volta ao mundo...*, 427-471. Para mais desenvolvimentos, pode ver-se *O Keynesianismo...*, cit.

¹⁵ Arrolados sem intenção de hierarquizar, e reflectindo a já referida tendência — ou “desvio” — de abordagem centrada local-culturalmente no euro-atlântico norte.

- iii) não concretização do projecto da *moeda única* na CEE a 6, criação do *écu*, e o enveredar pelo caminho do *alargamento* da “comunidade” — de 6 para 9 —, com entrada do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca;
- iv) antecedentes vários reveladores da crescente importância dos países não-alinhados, e eclosão da *crise do petróleo* (decisões da OPEP de 1973);
- v) ofensiva pela paz e segurança europeias como expressão de um esforço do *mundo socialista* para fazer aceitar a *coexistência pacífica* como princípio base das relações internacionais;
- vi) *Programa Mundial do Emprego* e Conferência Mundial do Emprego da OIT-Nações Unidas;
- vii) poder político “tomado” por confessos neo-liberais/ monetaristas (partidos “à direita” e Thatcher, Reagan enquanto nomes-símbolos).

3.9. Desde a Grande Depressão, do acolhimento ou adopção (com ajustamentos temporais) da *Teoria Geral* de KEYNES, e durante os ditos “30 anos de ouro” do pós-guerra, as ideias dominantes da Economia Política “burguesa”, no plano superestrutural da formação social capitalista, eram as da *intervenção do Estado*, por via de políticas económicas, para manter baixas taxas de desemprego (involuntário) e uma *procura efectiva*, rejeitando a *lei dos mercados* a que se dera o nome de *lei de Say*, embora com a flexibilidade bastante para coexistir com mecanismos de mercado, na esfera da circulação. E, nesta, adaptando-se, ainda que não explicitamente, a conceitos clássicos e ao esquema marxista D-M-D’¹⁶.

¹⁶ Que, no capitalismo, substituiu o esquema M-D-M pré-capitalista. Suzanne de BRUNHOFF escrevia:

“... Moeda e mercadoria são os dois polos complementares e antagónicos das trocas de equivalentes, em que a mercadoria deve

Mas a prevalência do keynesianismo (da sua “revolução”) não o era sem oposição, desde logo e no interior da *superstrutura* da *formação social*, dada a posição relativamente ao papel da moeda, uma vez que essas ideias, e as novas políticas económicas delas decorrentes, vieram derrubar os mitos liberais, anatematizados como culpados pela situação de ruptura eminente criada pela Grande Depressão, e por essas ideias partirem (ou concluírem) que a política monetária não seria adequada para impedir ou contrariar a depressão.

E se as ideias keynesianas (ou de origem keynesiana, ainda que não explícitas ou adaptadas) prevaleciam, assim foi até à década de 70. O que teve tradução nas políticas económicas dos países capitalistas saídos da guerra — e no confronto com as *outras* ideias e a *outra* Economia Política, tão reforçadas na União Soviética e em países do leste europeu —, e a existente oposição (dir-se-ia) interna, por no interior da *formação social*, nunca deu tréguas e ter-se-ia reflectido nas decisões de Bretton-Woods, embora por forma que servia a então potência emergente, os EUA, embora sem colidir com os objectivos de crescimento económico e de elevado aproveitamento dos recursos produtivos, mormente a procura do afirmado objectivo de *pleno emprego* do “factor de produção-trabalho”. Sempre, como pertinentemente assinala António Avelãs NUNES, “segundo a lógica do lucro e não segundo a lógica da satisfação das necessidades”¹⁷.

ser efectivamente trocada por moeda para ter validade social. Só depois de se ter tornado moeda é que uma mercadoria pode ser trocada por outra mercadoria equivalente, segundo o encadeamento M-D-M, analisado por Marx.” (*ob.cit.*, 20).

¹⁷ A. J. Avelãs NUNES, *Uma Volta...*, 429. Acrescente-se à nota a posição de se considerar o “trabalho” como uma necessidade intrínseca e um direito (com direitos) enquanto uso mercantil da força de trabalho.

3.10. O desenvolvimento das forças produtivas, muito por recuperação de forças produtivas destruídas durante a guerra e a utilização de capacidades criadas pela inovação, contribuíram para esse período “áureo”, que se atribuiu, pelo menos na sua maior parte, a virtude da “revolução keynesiana”.

O acompanhamento da actividade económica, a beneficiar também das novas e sempre renovadas condições tecnológicas, permitido pelas representações estatísticas e abordagem global, macroeconómica, ia revelando a possibilidade de atenuar ou adiar crises cíclicas, até ao ponto de se apregoar o fim destas, com o Produto a observar altas taxas de crescimento, Consumo(s) elevado(s) e com procurada coordenação de Poupança com Investimento.

O facto da *Teoria Geral* keynesiana poder levar a Economia Política “burguesa” até à opção de política económica de *socialização do investimento* levanta a questão da *correlação de forças* no Estado. E, a partir desta, a questão crucial da natureza de classe do próprio Estado que, embora condicionado pela *correlação de forças sociais*, nunca será neutro socialmente, e estará ao serviço de uma classe e dos seus objectivos últimos. No “momento (ou tempo) histórico”, o papel do Estado na sua intervenção à luz de Keynes, e como parte *superstrutural* da *formação social*, foi o da defesa (ou sobrevivência) da “economia de mercado” *versus* eventuais e ameaçadoras alternativas políticas económicas *outras*, escoradas em *outra* Economia Política (revolucionária sem aspas...), mantendo a prossecução da “lógica do lucro” para os detentores dos meios de produção.

3.11. Na experiência do *ofício de economista* e no difícil (e muitas vezes sofrido) *exercício de cidadão*, nos antecedentes e nos princípios da década de 1970 viveu-se, no *estudo da economia*, a abordagem, enquanto interpretação da realidade envolvente, da estruturação do chamado Capitalismo Mono-

polista de Estado¹⁸, em que *poder político* e *poder económico* se interpenetraram, com aquele serventuário deste, “fórmula” que se adaptava à evolução das forças produtivas, tomando dimensões sempre mais concentradas e alargadas espacialmente.

Foi o tempo do aparecimento do *multinacionalismo empresarial*, só possível por na evolução da *base material* estar a raiz das “revoluções” superstruturais, ou ao nível da *consciência social*. Com ilustração e destaque para as “revoluções” nos meios materiais de transporte e comunicações, e no “casamento” (ou “concubinato”) do telefone, das telecomunicações e da mecânica e informática, passando por etapas que, aos olhos de hoje, parecem caricatas pela obsolescência.

D aqui, as “revoluções” de que tão bem trata António Avelãs NUNES nos trabalhos citados. A controvérsia keynesianismo (já flexibilizado pelo neo-classicismo mas mantendo a intervenção do Estado e menor relevância para o papel da *oferta da moeda*)/monetarismo-neoliberalismo atravessou tão explosivamente a década de 1970 que o apodo de “revolução” e “contra-revolução” (com as devidas aspas) se justifica plenamente.

António Avelãs NUNES demonstra-o com larga fundamentação, clareza e brilhantismo no contexto da *superestrutura* do capitalismo. Relevando as aproximações verificadas em correntes de pensamentos económicos tão aparentemente díspares, mas em que, até na divisão de fundo entre as duas correntes, nem Friedman (e os seus) se fixou na posição de

¹⁸ Numa influência cultural ainda não dominada pela língua inglesa-americana, e com raízes francófonas, anote-se o papel que tiveram as publicações (e demais manifestações artístico-culturais) da década de 1960) oriundas da França, com destaque, no campo da economia, para as edições do (ou próximas) do Partido Comunista Francês, e autores como Paul BOCCARA, Henri CLAUDE, Jacques DENNIS, Jean KANAPA, e o belga Jacques NAGELS.

only money matters, nem Keynes (e os seus) cristalizou numa postura de *money does not matter*. Questão que, nesses termos, seria fracturante e irreversível mas que seria, como observa MODIGLIANI¹⁹ “na melhor das hipóteses, uma questão secundária, uma questão mais de ênfase que de princípio”.

Como escreve Avelãs NUNES em dois momentos do seu texto:

“Por nossa parte, cremos que uma certa ‘violência’, um certo ‘furor’ que tem marcado, frequentemente, este debate é consequência de ele se travar, em boa medida, no terreno dos *pré-supostos*, das *concepções a priori*, das *convicções*. O que está em causa, ao fim e ao cabo, são diferentes concepções acerca da economia e da sociedade e, de modo particular, acerca do papel do estado perante a economia e perante a sociedade.”²⁰

e

“Mas o que verdadeiramente está em causa nesta controvérsia são diferentes concepções *a priori* acerca da *natureza das economias capitalistas* e acerca das *funções que devem caber ao estado capitalista* no domínio da economia.”²¹

Sublinha-se que, na “*furiosa controvérsia*” de que se chega a dizer ter sido *o mais importante debate do século XX*, nunca se belisca sequer o tipo de *relações sociais de produção* que definem o *modo de produção* e que escoram toda a *formação social*, e desse debate estão excluídas, ou são escamoteadas questões como a do *valor* e da *mais-valia* criada por quem e por quem apropriada.

¹⁹ Citado por A. J. Avelãs NUNES, em *Uma volta ao mundo...*, 452.

²⁰ A. J. Avelãs NUNES, *últ. obra cit.*, 470.

²¹ A. J. Avelãs NUNES, *últ. obra cit.*, 466.

Não que as questões controvertidas tenham sido despi-
ciendas e o debate inútil. Teve, até, consequências relevantís-
simas. Várias se poderiam arrolar e (talvez) aprofundar como

- i) *responsabilidade social colectiva* e ‘*welfare state*’;
- ii) sistema de *câmbios flutuantes*;
- iii) a “*irmandade dos bancos centrais*” (James Tobin) e a *ortodoxia monetarista*;
- iv) surgimento e papel da chamada *teoria das expectativas racionais*;
- v) *desemprego* voluntário e *desemprego* temporário, mobili-
dade dos trabalhadores;
- vi) *sindicalismo* segundo os monetaristas e, sendo organizações
de classe, a causa de todos os males²²;
- vii) “Não falta quem defenda que uma das marcas do génio
de Keynes residiu, precisamente, no reconhecimento da
necessidade (e na tentativa) de conciliar a democracia
política com a economia de mercado capitalista, função
última do ‘*welfare state*’”²³;
- viii) Os direitos decorrentes da existência de um *sistema
público de segurança social* como imperfeições a expurgar
do *mercado de trabalho*;
- ix) *liberdade* e *igualdade* como conceitos antagónicos e irre-
dutíveis, o papel relevante economicamente de *caridade
privada*;
- x) *quantidade e velocidade de circulação da moeda* e *multiplicador
keynesiano*;
- xi) *elasticidade-juro* da procura da moeda;
- xii) “*monetarism for the masses*” (Modigliani);
- xiii) *políticas monetaristas* e *políticas financeiro-fiscalistas*;

²² Sobre esta questão, e como abordada por Friedman, fez recordar
uma novela de Howard FAST, *Power*, biografia ficcionada de um sindicalista
dos EUA que se transformou num poderoso “agente económico” enquanto
vendedor da mercadoria-força de trabalho.

²³ A. J. Avelãs NUNES, *Uma volta ao mundo...*, 445.

- xiv) *estabilidade ou instabilidade* das economias capitalistas (“violentamente instáveis”, segundo Keynes);
- xv) *o princípio universal de racionalidade* inerente à natureza humana e “o mercado como único mecanismo racional de afectação de recursos escassos”, segundo a “*contra-revolução*” monetarista;
- xvi) *curto e médio prazo para as políticas de estabilização* (de *sobrevivência* do sistema perante as suas insanáveis contradições) e a preterência do *longo prazo*... no qual “estaremos todos mortos”!²⁴

Nenhum destes pontos, questões ou trechos citados é meramente técnico, embora alguns tenham importante vertente técnica, e a eles se dediquem economistas “de profissão”... ou ofício redutor. Para todos tem António Avelãs NUNES, em *Uma volta ao Mundo* ... (e em muitas outras das suas publicações e intervenções), referências, observações, citações muito oportunas e pedagógicas.

Em relação a este “rol”, apenas ainda se farão breves comentários adicionais sobre duas alíneas, embora a estas e a outras ainda se volte mais adiante, directa ou indirectamente.

3.12. A utilização de palavras como *liberdade* e *igualdade* exige uma curta reflexão que vai para além do âmbito da(s) Economia(s) Política(s). Quando os Friedman (em *Liberdade para Escolher*) colocam a alternativa entre liberdade e igualdade, e privilegiam inquestionavelmente aquela sobre esta, tem de se entender muito claramente que significado têm as palavras.

Enquanto, para os liberais-monetaristas, *igualdade* ignora o sentido de responsabilidade social colectiva, humana, soli-

²⁴ Segundo (mais ou menos) a ordem de anotações e, nalguns casos, comentários à margem nas muitas “voltas” que foram dadas por A. J. Avelãs NUNES, em *Uma volta ao mundo*..., *ob. cit.*

dária, de iguais direitos e oportunidades, confinada ao sentido de “*igualdade de resultados*” (isto é, no mercado monetário e de lucro), *liberdade* seria uma mera abstracção em que apenas entram algumas liberdades individuais e de origem “natural”²⁵ e não o que, numa outra parte da *consciência social*, nos germens do futuro, se define como a *consciência da necessidade*.

Aliás, e a propósito, no prefácio de 1977 à edição em português do seu livro *A Oferta da Moeda*, Suzanne de BRUNHOFF, fez lembrar:

“... A discussão das incoerências das concepções postas em causa deve ser acompanhada de um exame sociológico. É um aspecto muito sentido hoje, após a crise dos anos 1970, ao ver-se o sucesso da escola dita ‘monetarista’, cujo chefe de fila é M. Friedman. O Prémio Nobel da economia coroou tanto o professor da Universidade de Chicago como o conselheiro económico da equipa do general chileno Pinochet.”²⁶

Por isso mesmo, na desejada dilucidação de palavras que traduzem conceitos-chave, pareceu de relevar a referência a uma expressão de MODIGLIANI, citada por Avelãs NUNES, ao chamar *monetarismo para as massas* à simplicidade atraente que tanto contribuiu, nos anos 1970, para o êxito da teoria quantitativa da moeda, como apresentada por FRIEDMAN.

Esta expressão, e a lembrança de Suzanne de Brunhoff, suscitam a conotação e a analogia das ideias extremistas em política, como o fascismo, com as ideias do mundo da economia obsessivamente de *livre mercado* e *monetaristas*, escon-

²⁵ Estas considerações provocaram a ida à estante para efeito de leitura de “reciclagem” do pequeno livro (os livros não se medem às páginas...) de Pierre JUQUIN, *ob. cit.*, em particular os capítulos II (*O homem é o destino do homem*) e V (*Para um novo direito do trabalho*).

²⁶ Suzanne de BRUNHOFF, *A Oferta da Moeda*, *ob. cit.*, 14.

dendo as reais causas, que estão nas relações sociais de produção, a preservar a todo o custo, tendo este de ser pago por alguns — a maioria

Assim se revelará — e reconhecerá — a preocupação de *aliciar* as massas para as “soluções”, quer económicas quer políticas, e desse modo as desviar da tomada de consciência das raízes dos problemas de que são vítimas e que está nas suas mãos resolver.

3.13. Apesar das aproximações — aos neo-clássicos, aos monetaristas, aos “teóricos” das expectativas racionais —, os keynesianos aparecem sempre como possíveis “pontes” para *outra* Economia Política, porque as cedências não os podem levar a deixar a matriz do seu pensamento (das suas ideias e do seu instigador): a tradução *macroeconómica* da realidade, a necessária *intervenção do Estado*, o primado da *procura efectiva*, também uma reserva da *ciência económica como ciência social*.

No entanto, o debate (por mais importante que tenha sido no século XX...), a controvérsia (por mais furiosa...), da corrente keynesiana com outras correntes do pensamento económico adstrito à Economia Política “burguesa”, particularmente com os monetaristas, não permitem que se fale de ideologias diferentes desde que se confinem as ideologias a corpos de ideias, concepções, conceitos (jurídicos, isto é, tornados regras, éticos, religiosos, estéticos, culturais, económicos, políticos) próprios e caracterizadores de grupos ou classes.

Num adoptado *esquema da estrutura e do desenvolvimento social* (LANGE), as ideologias estarão no nível da *consciência social* e separar-se-ão consoante façam parte i) da *superestrutura* correspondente à *base económica* da *formação social* actual, ii) dos resquícios de superestruturas de anteriores formações sociais, iii) dos germens da formação social que prevalecerá no futuro próximo (historicamente). Assim, as diferenças ideológicas localizar-se-ão não ao nível da superestrutura mas da consci-

ência social, o que não quer dizer que não haja debate, controvérsias, combate na superestrutura, mas só seriam diferenças ideológicas se as diferenças descessem (ou subissem?) até ao debate, controvérsia, combate, no nível da base material das relações sociais de produção, do *modo de produção*.

3.14. A década de 1970 teria sido, no mundo e tempo das *ideias económicas*, a década dos anos de recuperação do monetarismo e, apesar dos presságios²⁷, fundamentados nas suas fragilidades e inconsistências, o monetarismo, com a sua crença na *teoria quantitativa da moeda*, esteve predominante na viragem dos anos 70 para os anos 80, e teve grande importância no modo como estes decorreram e nos que se seguiram, formando o que, com expressão peculiar, Luiz Gonzaga BELLUZZO chama as três décadas da Grande Moderação antes da Grande Recessão iniciada em 2007.²⁸

Assim, e segundo estas designações ou curiosas apelidações para períodos que se viveram e estão a viver, ter-se-ia a Grande Depressão com a “explosão” das ideias económicas do keynesianismo, a 2.^a Grande Guerra Mundial, os “30 anos de ouro”, em que o keynesianismo, continuando predominante, se adapta a uma interacção com o pensamento e as políticas e mecanismos de mercado neo-clássico. Ter-se-ia seguido a década de encruzilhada e ofensiva neo-liberal e monetarista que culmina com uma situação em que surgem

²⁷ “Em 1981, o editor do Times (17.7.81) afirmava que, tendo sido a década de setenta a década do monetarismo, a década de 80 se preparava para remeter as suas propostas para a secção da história do pensamento económico dos manuais de economia.”, A. J. Avelãs NUNES, *Uma Volta...*, *ob. cit.*, 454.

²⁸ Luiz Gonzaga BELLUZZO, «A crise e o subterrâneo da “velha toupeira capitalista”», em A. S. BARROSO e R. SOUZA (Orgs.), *ob. cit.*, 23-34.

as “ideias” das *expectativas racionais* e da *Nova Escola Clássica*²⁹ (NCE) que iniciam o período da Grande Moderação. Esta denominação justificar-se-á (talvez...) por o entroncamento das diversas correntes de “ideias” em aparentemente feroz controvérsia mas convergindo, se “moderar” para a consecução da sobrevivência da Economia Política “burguesa” e para o ataque subterrâneo e eficaz à Economia Política marxista, quer no plano das ideias, quer nas suas concretizações, isto é, nas políticas com ela coerentes.

Um verdadeiro labirinto em que a enorme capacidade de guia de Avelãs Nunes impede que o viajante (à volta do mundo das ideias económicas...) se perca.

3.15. Outras ajudas são, de qualquer e muito modo, úteis, como a de BELLUZZO que, na obra citada³⁰, fala nas *Grandes Transformações operadas nos subterrâneos da Grande Moderação*:

“A velha toupeira do capitalismo e dos seus negócios não só redefiniu em poucos anos a distribuição espacial da produção, do comércio e dos fluxos de capitais, como cavou os buracos onde iriam soçobrar as crendices sobre a eficiência dos mercados autorregulados no provimento de informações para os agentes racionais e otimizadores. Os modelos dinâmicos estocásticos do equilíbrio geral (DSGE) deixaram escapar, sob sua dinâmica sem movimento, o ronco rouco das transformações e os ruídos que anunciavam a crise financeira e de crédito.”

²⁹ “ (...) Por fim, a concepção da “Escola neo-clássica” ou “Nova Escola Clássica” (NCE-Nova Economia Clássica, em A. J. Avelãs NUNES, *ob. cit.* — SR) (expressão mais feliz do que a anterior na medida em que, na história de pensamento económico, a “Escola neoclássica” é muito anterior sendo então esta a que nos referimos quando muito uma “Escola neo-neoclássica”) arranca da verificação do fracasso da política económica de Keynes a fim de construir uma “proposta conceptual alternativa”, Armando CASTRO, “A teoria económica de Keynes”..., cit.

³⁰ Luiz Gonzaga BELLUZZO, *ob. cit.*, 34.

E, nessa redefinição da distribuição espacial da produção, do comércio e dos fluxos de capitais, depois de referir que “a Grande Moderação impulsionou a metástase produtiva da grande empresa americana, europeia e japonesa para a Ásia dos pequenos tigres e novos dragões” (pág. 23), adiante acrescenta o que se cita a jeito de resumo:

“A nova concorrência engendrou simultaneamente: 1) a centralização do controle, mediante as ondas de fusões e aquisições observadas desde os anos 1980; e 2) a nova distribuição espacial da produção, ou seja, a internacionalização das cadeias de geração de valor. Centralização do controle e descentralização da produção: esse movimento de dupla face afectou a natureza e a direcção do investimento directo em nova capacidade reconfigurou a divisão do trabalho entre produtores de peças e componentes e “montadores” de bens finais e, como já foi dito, alterou as participações dos países nos fluxos de comércio. O propósito da competição entre os grandes blocos de capital e o de assegurar simultaneamente a diversificação espacial adequada da base produtiva da grande empresa e o “livre” acesso a mercados.

Mas as vantagens da China e de seus parceiros asiáticos não estão asseguradas. Não há repouso no capitalismo. Depois da crise de 2008 e de suas consequências, os países que perderam posição na disputa competitiva da manufatura — sobretudo os Estados Unidos — acenam com uma nova rodada de inovações, aquelas que seriam classificadas de *‘poupadoras de mão de obra’* pelos sábios que ainda utilizam funções de produção.”³¹

3.16. Entre muitos outros possíveis comentários, este texto de BELLUZZO, o livro em que se insere e que ele prefacia, suscitam alguns que se estimam adequados a esta “viagem”.

³¹ *Idem*, 25.

Através desta referência e de citações de um professor e economista brasileiro corrige-se, muito ligeiramente é certo, o já sublinhado desfoque da perspectiva que se centra num euro-norte-atlantismo, natural mas porventura excessivo. O livro é recente edição de fundações brasileiras (Maurício Grabois e Anita Garibaldi), que decidiram convidar economistas (pensadores de/escritores sobre Economia Política) — 20 dos quais brasileiros e 2 estrangeiros (um inglês e um português) — para elaborarem textos sobre a *grande crise global capitalista* iniciada em 2007.

Por mérito, sobretudo, dos impulsionadores e organizadores, o volume saiu um documento-puzzle útil, antes de mais para quem teve o privilégio de receber o convite para contribuir com um texto (militante, isto é, *pro bono*³²), e a obrigação de a ele corresponder.

É notória, mas importa vê-la (e estudar a sua interpretação do outro lado do Atlântico... e do Sul, Atlântico ou não), a utilização e criação de *periferias*, num cada vez mais centralizado *controle de capitais*, desmesuradamente multiplicados pelo crescente volume do capital-dinheiro fictício e do crédito. Embora esta centralização coincida com uma contraditória despolarização espacial, ou o aparecimento de “novos” polos... emergentes num contexto global (e lembrem-se os BRICS).

3.17. Se já neste texto se referiu o *multinacionalismo empresarial* nascido (possibilitado e até, de certo modo, forçado pela evolução das forças produtivas e pela internacionalização das trocas), outra faceta das mudanças ou transformações está

³² Modalidade para que o governo português de agora (Agosto/2014) ainda não teria encontrado forma de entrar com o fisco, ou exigindo que esses contributos retirem aos reformados o direito de continuar a receber a pensão para que descontaram durante décadas...

na passagem desse multinacionalismo empresarial à *transnacionalidade de grupos* e, nestes, a sua predominante vertente bancária.

Ou seja, deu-se a passagem de empresas que se estabeleciam em várias nações, cujas estruturas político-jurídicas em princípio respeitavam, embora procurassem influenciar por todos os meios (e conseguissem...), para a formação de grupos sem raízes mas com múltiplas ramificações e, a partir destas, pairando transnacionalmente e transnacionalmente impondo regras e primados supra-constitucionais aos Estados sobre que estendem os braços-ramos.

3.18. *A necessidade de criação e apropriação da mais-valia*, vital para a base material e sobrevivência do capitalismo, e por apenas pelo *trabalho produtivo* que cria valor se poder satisfazer essa necessidade, levou a muitas transformações ligadas à *mobilidade dos chamados factores de produção*, e a que, em determinados momentos e locais — de periferias em periferias... —, se impusesse como recorrente a designação de *deslocalizações*.

Estas deslocalizações (*diversificações espaciais ex-post* a que se juntam as *ex-ante*, isto é, na escolha do local da aplicação financeira), ampliadas para a escala global, poderão ser contrariadas pela expansão de outra necessidade estratégica que, em BELLUZZO, se encontra com a expressão *inovações poupadoras de mão de obra*.

Quer dizer, a juntar ao investimento não-produtivo, especulativo (D-D'), no investimento potencialmente produtivo parece não ter limites até à sua anulação (investimento produtivo 0) nem haver fronteiras de tempo e lugar de utilização (24 horas/dia e total mobilidade) para o uso e determinação mercantil do custo da mercadoria força de trabalho.

Trata-se de dinâmicas (do funcionamento do capitalismo) que mais estimulariam a(s) centralização(ões) do controlo da circulação do capital-dinheiro à escala mundial e que, desde

15 de Agosto de 1971, perdeu a sua base material, ao mesmo tempo que se incrementou enormemente a importância do sistema bancário, com o crédito não financiador da actividade produtiva, aproveitadora de recursos, mas primordialmente especulativo — D-D' —, fraudulento, *off*-quaisquer leis e areias.

Do que resulta que o problema do *desemprego*, tão citado nas *ideias económicas* (e afirmado como consensual preocupação por razões político-“democráticas”), a partir das situações reais (no *mundo desenvolvido*... ou *em vias de envelhecimento, empobrecimento, pauperização*) e do facto de ser mobilizador de massas pelas suas consequências sociais, não apenas se agrava — desde os anos 1970, e sobretudo a partir da década seguinte —, como começará a tomar outras expressões em estádios de periferias mantidas em situações pré-capitalistas mas em que a *diversificação espacial* poderá acelerar a mercadorização da força de trabalho como variável estratégica.

3.19. O *desemprego* (voluntário ou involuntário, temporário ou etário, segundo as diferentes correntes de ideias económicas e as suas evoluções, conflitualidades, convergências) será, sempre, variável estratégica no capitalismo (e “*mercado do trabalho*”), e situação de grande sensibilidade social (sendo o trabalho a necessidade libertadora, criadora de valores de uso/troca para a satisfação de necessidades humanas).

Acresce que, desde a década de 1970, e retomando a importância (visível ou por demais evidente) que teve na Grande Depressão, o desemprego tornou-se um tema central de todo o debate económico e político. Assim se reflecte, no confronto de ideias económicas na superestrutura capitalista, a relevância do “factor de produção-trabalho”. Esse debate extravasa da luta de ideias, sendo perene na luta de classes, pois na Economia Política de raiz marxista tudo assenta e tem origem na relação do ser humano com a natureza, de que é parte e de cujo jugo procura milenarmente libertar-se por via do trabalho.

No capitalismo, em paralelo com a crescente mobilidade dos outros também chamados “factores de produção” e, em particular, do “factor de produção-capital” na forma de dinheiro — sobretudo nas suas expressões de dinheiro fictício e creditício, imateriais e em crescimento exponencial³³ —, nos países e zonas periféricas ou em vias de se tornarem

- i) ou se promove a progressiva desregulamentação do “mercado do trabalho”, onde regulamentação exista, com as falácias da produtividade e da competitividade, com ataque brutal ao *trabalho com direitos* (horários, mobilidade, contratação colectiva, segurança social),
- ii) ou, em condições neo-coloniais, de colonialismo nova-maneira, se utiliza “mão-de-obra” sem se promover, e até impedindo, regulamentação, representando aproveitamento de situações remanescentes de formações sociais pré-capitalistas, como o escravagismo, e onde surgiriam estratégias de “*poupança de mão-de-obra*” sem a menor salvaguarda ou protecção social.

3.20. Como derradeiro comentário suscitado por *A Grande Crise Capitalista Global 2007-2013*³⁴, reproduziria um trecho do que foi um contributo que tive a oportunidade de prestar, pedido enquanto testemunho sobre a crise ido da *União Europeia*, e a que correspondi como nacional (e economista) de um país da *periferia do centro*:

“(…) Toda a abordagem se pode encarar nos termos clássicos e perenes da *divisão internacional do trabalho*. No caso, da *integração como divisão ‘europeia’ do trabalho (det)* e, nesta, a formação

³³ ‘Estratégia’ em que avulta a *armadilha da dívida externa*, de aplicação cada vez mais universal, depois de utilizada em ‘países em vias de desenvolvimento’ — cfr. Cheryl PAYER, *ob. cit.*

³⁴ Luiz Gonzaga BELLUZZO e outros, *obra cit.*

de uma periferia ‘colonizável’ foi paradigmática e o exemplo de Portugal pode ilustrar e ser extrapolável.

(...)

E assim aconteceu, ao longo destes agora 27 anos porque, nessa *det*, Portugal teve de abandonar (e para isso foi subsidiado) o aproveitamento da ‘vantagem comparativa’ de ter tanto mar, teve de colocar terras em pousio, de desaproveitar o posicionamento geográfico dos seus portos e estaleiros, de acabar com a metalo-mecânica e outras indústrias, demitir-se da *actividade produtiva*, render-se ao *sistema e especulação financeira*.”³⁵

3.21. Fecha-se o presente artigo, no seu “miolo” (se o tem...), com três observações finais

3.21.1. A primeira, relativa ao *ensino e estudo de economia* em Portugal, refere, de novo, o seminário promovido pelo Departamento de Economia do Instituto Superior de Economia (ainda não também *e Gestão*), no ano de 1986, dedicado ao *Cinquentenário da Teoria Geral de Keynes*³⁶. Tratou-se de

³⁵ Sérgio RIBEIRO, “A situação na União Europeia e a crise do capitalismo na perspectiva da luta de classes, e a correlação de forças mundial, depois de um longo (à escala humana) caminho”, em Aloisio Sérgio BARROSO e Renildo SOUZA (Org.), *ob. cit.*, 407-409.

³⁶ A brochura editada pelo ISE — *1986-Cinquentenário da Teoria Geral de Keynes* — já citada, reúne, além desses “professores de economia” do ISCEF-reforma de 1949 (referida no início deste artigo), outros participantes, como expositores ou comentadores, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Armando CASTRO, aqui citado), da Universidade Católica, da Faculdade de Direito de Lisboa, da Universidade Nova, estranhando-se a ausência de participação de docentes da Faculdade de Economia e da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, particularmente desta última e muito particularmente do Professor Teixeira Ribeiro, cuja importância na introdução de Keynes no ensino e estudo de Keynes em Portugal (e na investigação e ensino da economia teórica) é conhecida e foi reconhecida em algumas breves passagens das comunicações. Na abertura do seminário, o professor Pereira de Moura, referindo

iniciativa significativa, em vários sentidos, e a leitura e estudo da brochura editada tem sido de grande utilidade, em mais que uma oportunidade.

No que respeita ao que foi o início deste artigo, as comunicações de Jacinto NUNES e de F. Pereira de MOURA, dois dos três assistentes de Pinto Barbosa e fautores da reforma de 1949, acrescentam muito ao que se pretendeu deixar registado sobre os anos 1950 relativamente ao *ensino da economia em Portugal*, vividos na *escola do Quellas* e ao redor.

3.21.2. A segunda observação é sobre a existência, várias vezes aqui referida, na peugada de *Uma volta ao mundo das ideias...*, de mais do que uma Economia Política, a partir da sua ideologização e “virtudes” ou virtualidades apoloéticas.

Aproveita-se um trecho de um texto, este muito mais longo e já publicado, depois de formalmente apresentado e arguido em prova de doutoramento:

“A Economia Política marxista faz parte de uma visão global do mundo, para que contribui, de uma concepção total da sociedade, com premissas filosóficas, entendida a filosofia como (...) núcleo metodológico de unificação de contribuições e de intervenções diversas e recíprocas das diferentes ciências, de formas particulares de encarar a realidade una e complexa.

Com base numa ‘leitura’ do processo histórico, e detendo-se no estudo dos estádios e funcionamento do modo de produção capitalista, a Economia Política marxista tem, necessariamente, a sua expressão num pensamento autónomo e autonomizável. Assim, sendo *também* uma crítica histórica — nas suas

o facto de “não poder estar ali presente Teixeira Ribeiro”, enviou-lhe uma “amiga saudação, extensiva à sua Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde a Teoria Geral foi ensinada, em primeiro lugar, em Portugal”. Num seminário com as características do realizado, a “volta ao mundo das ideias económicas”... ficou incompleta!

dimensões de passado e de presente —, os intérpretes da Economia Política marxista, os economistas que se pretendem marxistas, têm necessidade de conhecer, minimamente, o trabalho de elaboração teórica dos economistas não-marxistas (ou anti-marxistas) que, como intérpretes de um pensamento económico, conceptualizam a Economia Política do capitalismo, desse modo se ‘oferecendo’ à crítica própria do pensamento económico marxista.

Marx faz disso exemplo. Particularmente na sua *História das Doutrinas Económicas* tomou como tarefa fazer análise crítica dos economistas com alguma importância que o tinham precedido, e fê-lo com a finalidade de examinar os trabalhos económicos dos seus contemporâneos, no que foi muito ajudado por Engels. A mira do ataque de Marx aos que chamava ‘economistas vulgares’ estava apontada para a visão apologética que lhes é própria, pressupondo as relações de produção absolutas e eternas quando elas são historicamente determinadas e, por isso, efêmeras à luz do processo histórico.

Ora, por ser essa a abordagem, e também por entender que os ‘economistas vulgares’ tinham contribuições valiosas no que respeita às relações fenomenais e ao conhecimento por vezes pormenorizado da aparência da realidade, Marx interessava-se pelo que era caracteristicamente abordagem capitalista, muito particularmente pela relação capital-trabalho enquanto relação social de produção. O terreno irreduzível do desenvolvimento da teoria económica marxista, como da crítica, ao mesmo tempo assimiladora, de doutrinas que lhe são estranhas, é o da *teoria científica, constituída e em movimento*. Ela tem de ser encarada não como uma recolha acabada de formas literais ou como uma concepção livresca e petrificada, nem como uma colecção de análises fragmentadas, resultado de um pragmatismo sem princípios, que se podem acomodar ecleticamente, mas como um processo vivo, orgânico, cujas distintas partes são solidárias, têm as suas próprias linhas de desenvolvimento e de transformação, e reflecte o movimento histórico real.

Se deve ser esta a atitude de um marxista, não se pode ignorar ou menosprezar o desenvolvimento notável das ciências e

técnicas económicas e sociais contemporâneas de raiz burguesa, que Boccara chama ‘alquimia moderna, produto do capitalismo monopolista de Estado’, do seu aparecimento, ascensão e crises; no entanto, os seus intérpretes — o pensamento económico ‘burguês’ — viram as costas, por vezes com aparente desprezo, a esse imenso e decisivo trabalho de ciência económica — quanto mais não fosse ‘de arrumação de ideias’ — que é *O Capital*, para nem falar da atitude relativamente ao que se lhe seguiu e é hoje uma realidade irrecusável³⁷. Já Lenine dizia que ‘a ciência oficial’ tentava matar, por uma conspiração do silêncio, a obra de Marx.

O economista não-marxista (‘vulgar’) é ‘obrigado’ a conhecer aquilo de que necessita — e pode conhecer muito bem, como muitas vezes sucede —, promovendo técnicas sectoriais ao estatuto de ciência e/ou teorizando sobre ‘modelos’ sofisticados, construídos em bibliotecas e gabinetes, em bancos e cadeirões, com dados de discutível credibilidade; em contrapartida, o economista marxista (ou que o pretenda ser) tem a ‘obrigação’ de ‘tudo’ conhecer (ainda que não possa tudo conhecer...) porque critica as concepções parceladas da realidade e porque deve fazer uma abordagem global e actualizada da realidade, num quadro conceptual para que deve contribuir.”³⁸

3.21.3. Mas não haverá noções, conceitos, princípios económicos, autónomos ou comuns a ideologias diferentes?

³⁷ Depois da queda dos países socialistas europeus, parece perdida, e espera-se que não, toda a elaboração teórica, nomeadamente na área da economia, que foi feita, como por exemplo a da *Academia das Ciências Sociais da URSS*. Em termos de progresso social, dir-se-ia, usando imagem corrente, que se teria procurado deitar fora o bebé com a água suja do seu banho. O que poderia ter sido feito com cumplicidades de “de dentro de casa”... Mas o bebé resistiu!

³⁸ Sérgio RIBEIRO, *Recursos humanos e estratégia de desenvolvimento* (tese de doutoramento), 1987, 34-35 (com algumas ligeiras correcções de forma...).

Na última linha da contra-capa da sua (*Uma*) *Volta ao Mundo das Ideias Económicas — será a Economia uma Ciência?*, Avelãs Nunes escreve que *à ciência económica cabe encontrar um novo padrão de racionalidade*, o que responde à pergunta da capa e pressupõe a existência de uma racionalidade... económica, embora com diferentes padrões (ou escalas, acrescenta-se).

É questão fulcral neste mundo de ideias económicas. E se o que foi sendo escrito aproveita a “boleia” de António Avelãs Nunes para toda uma *viagem* ou revis(itaç)ão, sobre esta questão ainda se julga poder (ou dever) juntar algo. Que mais não seja uma útil referência bibliográfica reavivada pelo que este honroso encargo suscitou.

Oskar LANGE dedica parte substancial do seu tomo primeiro de *Économie Politique*³⁹ ao *princípio da racionalidade económica*. O seu capítulo V, na edição francesa que desde 1962 me ajuda (e que muitas vezes tem servido de precioso apoio) tem o título *Le principe de la rationalité économique. L'économie et la praxéologie*. São 67 muito densas páginas (da 169 à 236), ainda com um apêndice ao capítulo de 21 páginas (da 237 à 258) com o título de *Les fondements mathématiques de la programmation*.

Para o mundo de ideias (e de reflexões) por onde se tem estado a circular, e até onde chega a nossa ‘chinela’, o que importaria sublinhar é que o *princípio da racionalidade económica* (segundo LANGE, e dele adoptado) tem duas variantes — i) do *maior resultado* e ii) da *economia de meios* — e, como princípio económico, é um *produto histórico da empresa* em modo de produção *capitalista*. No entanto, como adiante sublinha LANGE, a *planificação da economia social* (visando a satisfação das necessidades humanas) será a *realização da racionalidade económica à escala social*.

³⁹ Oskar LANGE, *ob. cit.*

3.22. (*e fim*) Tendo no início sido dito, aos costumes, o que dito foi e registado nos autos ficou, agora se pede que aos mesmos autos se adite este modesto testemunho de abono ao homenageado que, por intrínsecos e comumente reconhecidos méritos, bem o dispensaria.

Ainda assim, citando-o, como bastas vezes e adrede foi feito, acrescentar-se-ia para finalizar e para que dúvidas não fiquem, pequenos trechos (e muitos outros o poderiam ser) em que se resume o que tão profusamente António Avelãs NUNES fundamentou:

“... o facto de se aceitar que a ciência económica não está isenta de valores e é influenciada por determinadas *concepções filosóficas* acerca do homem e por determinadas *concepções políticas* acerca da organização da economia e da sociedade não significa que se ponha em causa o seu estatuto científico. Tal não impede a nossa disciplina de adoptar os *canônes do procedimento científico*. Ela pode e deve fazê-lo.”⁴⁰

por outro lado (e também nossa parte...):

“Por nossa parte, cremos que releva de um certo *infantilismo* (ou *doença infantil*) a pretensão das ciências sociais e humanas e, nomeadamente de Economia Política em se assumirem como ‘científicas’ tal como o são as ciências ditas exactas ou ciências da natureza.”⁴¹

e ainda:

“A Economia Política não deve confundir-se com uma ‘técnica’ e muito menos com uma técnica esotérica: os problemas da

⁴⁰ A. J. Avelãs NUNES, *Uma volta ao mundo das ideias económicas...*, cit., 484-485.

⁴¹ *Idem*, 493.

economia não são, na sua base, problemas técnicos que possam ser resolvidos por uma qualquer ‘Economia técnica’, são problemas políticos, que têm de ser equacionados e resolvidos na esfera da política (...) ‘A ciência económica deve tornar-se uma ciência mais social que não é mais do que a economia política no sentido próprio da sua expressão’ (UNESCO em 1970).”⁴²

Assim se termina, sem se considerar que esteja, de modo algum — e nunca por nós, evidentemente... —, encerrada a reflexão e fechado o debate. A reflexão e o debate serão sempre inacabados por estarem inevitavelmente (embora isso tantas vezes escamoteado) invadidos por concepções de fundo e inquinados de apologética.

No percurso vivido, a História é a luta de classes. Periodicamente constroem-se e desconstroem-se correntes de ideias económicas com base na inexistência de classes. Com esse ponto de partida, se estruturariam concepções ideológicas *de classe*.

Ciência social, a *ciência económica*, como expressão da Economia Política no seu sentido próprio, nunca será neutra, por mais que a queiram reduzida a uma técnica ao serviço de um ser humano dividido, numa sociedade (es)partilhada, em que se isolaria o *homo economicus*.

Com este contributo, fica a intenção de claramente modestamente contribuir para relevar a importância e a coerência das análises de António Avelãs Nunes, no caminho de uma investigação no quadro da crítica e metodologia marxistas, de uma Economia Política *outra*. Para a transformação e o devir do humano viver.

⁴² *Idem*, 494-495.

Apêndice — para memória futura

Ao delinear a colaboração a prestar neste número de homenagem ao Professor António José Avelãs Nunes, elaborei um esquema de texto que procurei cumprir. Prevendo a aceleração e embalagem que o tratamento do ensino e do estudo da Economia Política iria provocar e que, por mais que procurasse ser contido, muito espaço ocuparia ficando tanto por dizer, tomei a precaução de não intentar tratar temas que há algumas décadas me (pre)ocupam, e frequentemente me convocam para (e exigem) estudo mais aprofundado.

Deixo a sua enumeração, como registo de insatisfação e compromisso constante (para comigo mesmo), à maneira de *para memória futura*, com uso de terminologia forense para que me deu o vezo.

Adito estas notas de apêndice às linhas de estudo e reflexão que ficam no que escrevi, incluindo indicações de bibliografia lembrada e selecionada para completar referências ao esquema delineado. São meras notas, e é bibliografia que foi chamada a re-leituras e consultas julgadas necessárias e fundamentais para a continuidade do trabalho de sempre nos anos que ainda restam (e que, naturalmente, não se contarão por décadas...), e para que o grato pretexto da homenagem a António Avelãs Nunes tão útil terá sido:

— *necessidades humanas*, implícitas e ausentes — ou pouco presentes — nas várias abordagens da Economia Política

Karl MARX, *O Capital*

Agnes HELLER, *The Theory of need in Marx*

M. DECAILLOT e outros, *Besoins et mode de production-du capitalisme en crise au socialisme*

B. MOTCHALOV, *O homem, as suas necessidades e o socialismo*

I.L.O. (vários), *Employment end basic needs in Portugal*

(...)

— *trabalho e tempo de trabalho (e de vida!) em tempo de vida escasso numa reflexão sobre a escassez como premissa para a definição de Economia*

Karl MARX, *O Capital*

— *Salário, Preço e Lucro*

Jean-Louis BERTOCCHI, *Marx et le sens du travail*

Jacques NAGELS, *Trabalho colectivo e trabalho produtivo*

Pierre JUQUIN, *Liberdade, liberdades*

VÁRIOS, *Leituras do Tempo*

(...)

Se eu não morresse nunca! E eternamente
Buscasse e conseguisse a perfeição das cousas!

(...)

Cesário Verde

(“O sentimento dum ocidental”)

— *empobrecimento e pauperização* — na linguagem corrente e como conceitos

Karl MARX (e F. ENGELS), *Manifesto do Partido Comunista*

F. P. de MOURA, *Por onde vai a economia portuguesa*

— *O projecto burguês do governo socialista*

Amartya SEN, *Pobreza e fome, um ensaio sobre direitos e privações*

Michel CHOSSUDOVSKY, *A globalização da pobreza e a nova ordem mundial*

Jacques NAGELS, *Du socialisme perversi au capitalisme sauvage*

Armando CASTRO e outros, *O Marxismo no limiar do ano 2000*

(...)

Se a essência fosse igual à aparência
não haveria (por não ser necessária) a ciência!

(*Marx e outros,*

dito desta e de outras maneiras)

Bibliografia consultada

(algumas das obras quase tão-só retiradas
das estantes em razão do artigo)

- BARROSO, Aloisio Sérgio e Renildo SOUZA (Org.), *A Grande Crise Capitalista Global 2007-2013: génese, conexões e tendências*, São Paulo, Anita Garibaldi, 2013.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga — «A crise e o subterrâneo da “velha toupeira capitalista”», em A. BARROSO e R. SOUZA, *ob. cit.*
- BERTOCCHI, Jean-Louis — *Marx et le sens du travail*, Paris, Éditions Sociales, 1996.
- BOCCARA, Paul — *Sur la mise en mouvement du capital*, Paris, Éditions Sociales, 1978.
- BRUNHOFF, Suzanne de — *A oferta de moeda*, Lisboa, Estampa, 1977.
- CARDOSO, José Luís — *Pensar a Economia em Portugal — Digressões Históricas*, Lisboa, Difel, 1997.
- CASTRO, Armando — “A teoria económica de Keynes na encruzilhada do nosso tempo: uma sondagem epistemológica”, em 1986 — *Cinquentenário da Teoria geral de Keynes*, Lisboa, ISE, Departamento de Economia, 1986.
- e outros — *O marxismo no limiar do século XX*, Lisboa, Editorial Caminho, 1985.
- CASTRO, Fidel — *La crisis económica y social del mundo — Informe a la VII Cumbre de los No Alineados*, Barcelona, Planeta, 1983.
- CHOSSUDOVSKY, Michel — *A globalização da pobreza e a nova ordem mundial*, Lisboa, Editorial Caminho, 2003.
- CLAUDE, Henri — *Les multinationales e t l'impérialisme*, Paris, Éditions Sociales, 1978.
- DECAILLOT, Maurice e outros — *Besoins et mode de production — Du capitalisme en crise au socialisme*, Paris, Éditions Sociales, 1977.
- DEMICHÉL, Francine et André — *Pouvoirs et libertés*, Paris, Éditions Sociales, 1978.
- DENIS, Jacques e KANAPA, Jean — *Pour ou contre l'Europe*, Paris, Éditions Sociales, 1969.
- GROUPE Économie Marxiste — *Contraprojecto para a Europa*, trad. port., Lisboa, Estampa, 1982.
- HELLER, Agnes — *The Theory of Need in Marx*, Londres, Allen & Busby, 1978.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO — *Employment and Basic Needs in Portugal*, Genebra, 1979.
- JUQUIN, Pierre — *Liberdade, liberdades*, Lisboa, Estampa, 1977.

- LANGE, Oskar — *Économie Politique* (t. 1er), Paris, PUF, 1962;
 ——— *Introducción a la Economía Cibernética*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1969.
 LAVIGNE, Marie — “A reforma dos métodos de gestão na União Soviética — A discussão Liberman”, em *A empresa, célula base da actividade económica*, Lisboa, Estampa, 1966.
 LENINE — *Obras Escolhidas* (3 tomos), Lisboa, Edições Avante!,
 LEONTIEV, Lev — *Lições de Economia Política*, Lisboa, Prelo, 1976.
 MARX, Karl — *O Capital*, tomos I a VI, Lisboa, Edições Avante!;
 ——— *Salário, Preço e Lucro*, Lisboa, Edições Avante!, 2004;
 ——— *Misère de la Philosophie*, Paris, Éditions Sociales, 1946;
 ——— *Storia delle Teorie Economiche*, Turim, Einaudi, 1954.
 ——— e Friedrich ENGELS — *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa, Edições Avante!, 2004.
 MOTCHALOV, B. — *O homem, as suas necessidades e o socialismo*, Lisboa, Prelo, 1974.
 MOURA, Francisco Pereira de — *Por onde vai a economia portuguesa?*, Lisboa, Dom Quixote, 1969.
 ——— e outros — “O ensino da Teoria geral d Keynes no ISCEF/ISE”, em 1986 — *Cinquentenário da Teoria geral de Keynes*, Lisboa, ISE, Departamento de Economia, 1986.
 NAGELS, Jacques — *Trabalho colectivo e trabalho produtivo na evolução do pensamento marxista*, Lisboa, Prelo, 1975.
 ——— *Du capitalisme perversi au capitalisme sauvage*, Bruxelas, Université de Bruxelles, 1991.
 NAPOLEONI, Claudio — *A Teoria Económica do Século XX*, Lisboa, Editorial Presença, 1973.
 NUNES, António José Avelãs — *O Keynesianismo e a Contra-Revolução Monetarista*, Separata do *Boletim de Ciências Económicas*, Coimbra, 1991;
 ——— *Uma Volta ao Mundo das Ideias Económicas — Será a Economia uma Ciência?*, Coimbra, Almedina, 2008;
 ——— *A Crise do Capitalismo: Capitalismo, Neoliberalismo, Globalização*, Lisboa, Editora Página a Página, 6.ª edição, 2013;
 ——— *O estado capitalista e as suas máscaras*, Lisboa, Edições Avante!, 3.ª edição, 2013.
 NUNES, M. Jacinto e outros — “Algumas notas sobre o keynesianismo em Portugal”, em 1986 — *Cinquentenário da Teoria geral de Keynes*, Lisboa, ISE, Departamento de Economia, 1986.
 OSDCHAYA, Irina — *De Keynes à síntese neo-clássica — Uma análise crítica*, Lisboa, Prelo, 1977.
 PAYER, Cheryl — *A armadilha da dívida externa — O Fundo Monetário Internacional e o Desenvolvimento da Dependência*, Lisboa, Moraes, 1974.

- RIBEIRO, Sérgio — *Textos Económicos (De teoria, reflexão, intervenção)*, Lisboa, Prelo, 1976;
- *Recursos humanos e estratégia de desenvolvimento*, Lisboa, Caminho, 1988.
- e António Rodrigues BATISTA — *Francisco Vieira de Figueiredo — Um ourense no Oriente, mercador e diplomata*, Ourém, Câmara Municipal de Ourém, 2013.
- SEN, Amartya — *Pobreza e fomes — Um ensaio sobre direitos e privações*, Lisboa, terramar, 1999.
- SURET-CANALE, Jean — *Essais d'histoire africaine — De la traite des noirs au neocolonialisme*, Paris, Éditions Sociales, 1980.
- TOULON, Claude — *Ensino da Economia*, Lisboa, Prelo, 1973.
- VÁRIOS — *Leituras do TEMPO*, Lisboa, Universidade Internacional, 1990.
- VINDT, Gérard — *500 Anos de Capitalismo. A mundialização — De Vasco da Gama a Bill Gates*, Lisboa, temas e debates, 1988.

Resumo: O Autor propõe-se desenvolver algumas linhas de estudo e reflexão tendo como ponto de partida uma releitura de *Uma Volta ao Mundo das Ideias Económicas*, primeiro texto em *Uma Volta ao Mundo das Ideias Económicas — Será a Economia uma Ciência?*, do homenageado neste Volume Especial. Esse desenvolvimento concretiza-se, numa primeira parte, pela breve análise da evolução do ensino da Economia em Portugal tal como o A. a vivenciou desde o começo da década de 50 do século passado, e, numa segunda parte, por reflexões sobre o estudo da Economia e a prática/ofício de economista nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI, com enfoque numa periodização que, vinda da Grande Depressão e da 2.^a Guerra Mundial, atravessa os “30 anos de ouro” e as chamadas “décadas de Grande Moderação” (Beluzzo) e desemboca na Grande Recessão iniciada em 2007. Para além da discussão e debate keynesianismo/monetarismo, com várias referências à síntese neo-clássica, ao marginalismo, à nova economia clássica (NCE), o A. releva a cada vez mais necessária atenção para a Crítica da Economia Política, sendo a Economia Política parte da consciência social e portanto ideologia no quadro de uma luta de classes. Nesse quadro, e a terminar o texto, o A. pretende relevar, com o seu contributo, a importância e a coerência das análises de António Avelãs Nunes. O A. ainda acrescenta um curto apêndice ao artigo como anotação ao que chama “temas ‘em carteira’ e nas intenções de um economista que se define — e pretende praticar — como marxista inacabado” sobre *i)* necessidades, *ii)* trabalho e tempo de trabalho, *iii)* pauperização, na continuidade de uma volta ao mundo das ideias económicas sempre incompleta.

Palavras-chave: António Avelãs Nunes; Economia nas Universidades portuguesas; o estudo da Economia; ideias económicas; ideologia; Keynes; Marx.

Freeriding in a tour around the world of economic ideas.

Rereading António Avelãs Nunes

Abstract: The Author set himself the task of developing some study lines and a reflection based on a re-reading of *Uma volta ao mundo das ideias económicas*, first text in *Uma volta ao mundo das ideias económicas — Será a Economia uma Ciência* [A tour around the world of economic ideas. Is Economics a Science?] by António Avelãs Nunes, honored in this special volume. That development consists, in a first part, in a short analysis of the evolution of the teaching of Economics at the university level in Portugal, as the A. experienced it from the 50' of last century onwards; in a second part, he reflects on the study of Economics and on the practice of economists during the last decades of the XX century and the XXI century, focusing on the period that comes from the Great Depression and the Second World War, goes through the “Golden 30 years” and the so-called “decades of Great Moderation” (Beluzzo) and all the way to the Great Recession started in 2007.

In addition to the Keynes/monetary discussion and debate, along with several references to the neo-classical synthesis, marginalism, and the new classical Economics (NCE), the A. discusses the increasingly needed Criticism of Political Economics, in that Political Economics is part of the social consciousness and therefore qualifies as social ideology within the context of the classes struggle.

In this framework, and finishing the text, the A. wants his contribution to be that of showing the importance and the coherence of António Avelãs Nunes's analysis. The A. still adds an appendix to the presentation as a note to what he calls “themes in *portfolio*”, and in the intents of an economist who defines himself as — and is willing to be a practicing — “unfinished Marxist”, about *i)* needs, *ii)* work and time of work, *iii)* impoverishment, continuing the tour (always incomplete) around the world of economic ideas.

Keywords: António Avelãs Nunes; Economics in Portuguese universities; the study of Economics; economical ideas; ideology; Keynes; Marx.

Sérgio Ribeiro

Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa